

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

* Paulo Bassani

SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Este texto não pretende esgotar a polêmica discussão sobre a Questão e Reforma Agrária no Brasil. Pretende, isto sim, dar os primeiros passos a respeito desse tema tão presente na vida em nosso país.

Inicialmente faremos considerações gerais a respeito da Questão Agrária, a fim de apontarmos alguns elementos de sustentação ao debate da Reforma Agrária.

Antes de mais nada cabe colocarmos o que entendemos pela Questão Agrária. Nesse entendimento uma diferenciação faz-se preemente, entre Questão Agrícola e Questão Agrária. Segundo Graziano da Silva (1980;11) a primeira “diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a Questão Agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz”. Percebemos que a Questão Agrícola envolve problemas técnicos, produção, produtividade, etc., enquanto que a Questão Agrária envolve problemas sócio-econômicos e sócio-políticos, ou seja, preocupa-se com as transformações das forças produtivas e nas relações de produção no campo.

A Questão Agrária brasileira, pelo menos no século XX, sempre esteve ligada às crises, aos rumos econômicos e às dificuldades sociais do país. Isto aconteceu nos anos 30, no final dos anos 50 e início dos anos 60. Com o golpe militar de 1964, a discussão agrária será retomada apenas no final dos anos 70, devido aos movimentos sociais que ressurgem empunhando novamente a bandeira agrária.

De lá para cá, essa discussão toma força, maior espaço e um novo sentido econômico e político, uma vez que para o Estado e para a economia capitalista a solução agrária passa pela solução de muitos de seus problemas.

Por outro lado, os verdadeiros interessados na solução agrária (camponeses, trabalhadores rurais, Sem Terra) este encaminhamento transforma-se em luta de vida ou morte para a sua sobrevivência.

Hoje a discussão agrária ocupa um espaço bastante grande no interior dos movimentos sociais urbanos e rurais. Nos livros, jornais, rádios e televisão, também podemos perceber a quantidade de análises, notícias e debates a respeito dessa temática.

O ressurgimento da Questão Agrária não se deve apenas à maior liberdade com que hoje podemos discutí-la, mas principalmente pelo fato de que ela tem se agravado nos últimos anos. Isto devido à forma que tem assumido a expansão do capitalismo no campo e a crescente concentração fundiária.

* Mestre em Sociologia Rural
Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina

O desenvolvimento do capitalismo no campo a partir dos anos 60, provocou transformações profundas em toda a atividade agropecuária. Sob o domínio do capital tende a haver um maior uso de adubos, de inseticidas, de máquinas, maior utilização do trabalho assalariado, etc. E desta forma as relações sociais de produção foram duramente atingidas durante este novo modelo agrícola.

Na verdade se "industrializou" a agricultura tentando-se elevar a produtividade do trabalho, e isto só é possível aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas empregadas nessa atividade (SILVA, 1980). Como consequência desse modelo agrícola, as terras sofrem uma concentração ainda maior, com isso milhares de camponeses são expulsos do campo e não conseguem encontrar trabalho nas cidades. Daí os crescentes índices de migrações, subemprego, desemprego, mendicância, prostituição e criminalidade nos grandes centros urbanos.

Essa expansão capitalista no campo, juntamente com a concentração de terras nas mãos de empresários rurais (nacionais e multinacionais), especuladores e do latifúndio destruíram nos anos 60 e 70 milhares de pequenas e médias unidades de produção, onde o camponês obtinha não apenas a sua própria subsistência mas também produzia alimentos e matéria-prima para os centros urbanos industriais. Este modelo transformou o camponês em bóia-fria, o lavrador em sem terra, agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, entre fazendeiros e índios, a violência no campo assumiu contornos imprevisíveis.

Quanto à concentração fundiária (da qual decorre a concentração da renda, bem como o poder político), se considerarmos os dados de 1960, 1970 e 1980, verificamos que: em 1960, a área média de propriedades agropecuárias brasileiras era de 60 hectares; em 1970, a média passou a ser de 64,9 hectares; em 1980, a média pulou para 71,1 hectares. Noutras palavras cada vez mais terra em poder de menos proprietários.

No Brasil hoje existem cerca de 41 milhões de imóveis rurais e destes 83% possuem menos de 100 hectares. Pelo menos 150 milhões de hectares, se encontram ociosos, portanto passíveis de uma Reforma Agrária. Somente na Região Sul cerca de 9,5 milhões de hectares, nestas condições.

As terras, em sua maioria hoje, se encontram concentradas nas seguintes mãos:

- 409 milhões de ha do latifúndio
- 114,6 milhões de ha do Estado
- 6,9 milhões de ha de estrangeiros (multinacionais)
- 0,18 milhões de ha da Igreja

Na Amazônia das 146 maiores propriedades controlam sozinhas 36,5 milhões de hectares. Sendo que somente uma empresa a MANASA, possui uma propriedade do tamanho do estado do Rio de Janeiro (4 milhões e trezentos mil hectares) (IBASE, 1985)

SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

Entendemos que a Reforma Agrária hoje no Brasil constitui-se fundamentalmente num problema político. Pois tanto o Estado através do MIRAD/INCRA bem como os trabalhadores rurais possuem as condições para se implantar definitivamente um projeto agrário massivo no meio rural.

Lutar pela Reforma Agrária é lutar pela efetivação de uma Democracia no Brasil. Isto porque, não podemos fazer uma Reforma Agrária sem construirmos uma Democracia, bem como não podemos construir uma Democracia sem uma Reforma Agrária. Nesse sentido é que visualizamos a importância que assume a Reforma Agrária na conjuntura atual.

A Reforma Agrária sempre foi considerada um tema "maldito" e hoje esta maldição é ainda maior, uma vez que, não se pretende apenas o seu debate, mas a sua realização.

Implantar um projeto agrário no Brasil significa mexer na história do latifúndio que já perdura há 487 anos. A história do campo se confunde com a própria história brasileira que possui sua marca na exclusão das classes trabalhadoras no que diz respeito aos seus direitos.

O camponês que luta pela terra, luta a fim, de ocupar um espaço para morar, produzir e viver da terra. Seu potencial político e organizacional enclausurado pelo poder dos coronéis, dos senhores oligarcas, pelo regime militar, encontra-se hoje um espaço, conquistado, através de uma efetiva prática amadurecida. É no seu cotidiano organizacional que encontra novas forças para alimentar a sua luta.

Os dados do IBGE e do CENSO AGROPECUÁRIO demonstram, de uma maneira geral, que a situação dos trabalhadores do campo piorou muito nas últimas duas décadas. Os Cientistas Sociais que se debruçam sobre esses dados, em sua maioria, coincidem em suas conclusões que o nível de vida das classes subalternas do campo baixou de uma maneira sensível. Essa deterioração da qualidade de vida pode ser medida, entre outros fatores, pelo aumento das migrações internas, as quais, se somadas às duas últimas décadas apenas, atingem cerca de 42 milhões de pessoas. Tal mobilidade para os centros urbano-industriais bem como outras regiões agrícolas, foi o resultado mais evidente da profunda concentração da terra e de políticas agrícolas, financeiras e comerciais efetuadas nesse período.

A Reforma Agrária já se tornou uma questão inadiável. Os trabalhadores do campo e da cidade deverão conquistá-la através de sua organização e mobilização. Como tantas outras conquistas populares ela não acontecerá por dádiva do poder público. Não serão decretos, leis, planos, etc., que a farão. Numa sociedade classista, somente a participação, a pressão e a luta popular é que poderão conquistar este espaço agrário. Isto foi e sempre será uma luta de forças políticas; quem tiver mais, vencerá.

Em seguida apresentaremos um quadro da Reforma Agrária no Brasil, a partir da proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) apresentado pelo MIRAD/INCRA. Antes, porém, gostaríamos de enfatizar que este plano não constitui o início de uma revolução no campo, mas precisamente sua alternativa (SILVA, 1985). E que esta proposta apresentada pelo governo Sarney se encontra ainda muito dis-

tante da proposta dos trabalhadores rurais brasileiros manifesta em suas lutas e seus Congressos Estaduais e Nacional.

Lembramos ainda que o plano, em sua primeira fase, previa assentar 1,4 milhões de famílias, esta fase compreende entre os anos 1985 a 1988. Pois bem, já estamos concluindo o terceiro ano e até agora, segundo os próprios dados do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, foram assentadas em torno de 17 mil famílias, muito aquém do número previsto.

QUADRO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A Reforma Agrária prevê a aplicação da lei nº 4504 de 30/11/64.

Estado da Terra

"Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade".

"A reforma agrária visa à estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio".

ÓRGÃOS EXECUTORES:

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1º PNR - Plano Nacional de Reforma Agrária (Nova República)

- Divulgado em maio/85 e assinado pelo Pres. Sarney em 10-10-85.

- O plano prevê assentar 7,1 milhões de famílias sem terra ou com pouca terra (35 milhões de pessoas).

- Duração: 15 anos (1985-2000)

- Na primeira parte do 1º PNRA, prevê assentar 1,4 milhões de famílias, da seguinte forma:

- 100.000 famílias em 1985
- 350.000 famílias em 1986
- 450.000 famílias em 1987
- 550.000 famílias em 1988

TERRAS DISPONÍVEIS PARA ASSENTAMENTO:

- 409,5 milhões de ha de latifúndios por dimensão e exploração
- 71,7 milhões de ha de terras do Estado
- O total de área disponível está em torno de 481 milhões de ha, que divididos entre os 7,1 milhões de trabalhadores rurais (beneficiários potenciais), dão uma área média de aproximadamente 68 ha para cada família.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS

GRUPOS PRÓ-REFORMA AGRÁRIA

- Movimento dos Sem Terra
- Trabalhadores Rurais
- Camponeses e posseiros
- CONTAG e FETAG dos estados
- Igreja católica (CNBB, CPT e CIMI)
- ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- Trabalhadores urbanos
- Partidos políticos de esquerda
- Alguns segmentos da burguesia urbana (capital comercial, financeiro e industrial) e setores progressistas da burguesia rural, desde que se preserve o "direito de propriedade".

GRUPOS CONTRA - REFORMA AGRÁRIA

- Grupos de direita / conservadores expresso por políticos (coronéis).
- Latifundiários
- TFP - Tradição Família e Propriedade
- UDR - União Democrática Ruralista
- Usineiros e empresários rurais
- SRB - Sociedade Rural Brasileira

VANTAGENS DA REFORMA AGRÁRIA

- Aumenta a produção de alimentos, diminuindo a fome
- Aumenta a produção de matérias-primas para industrialização
- Combate a miséria no meio rural
- Evita conflitos, violência e mortes no meio rural
- Evita o maior desemprego no campo e na cidade
- Evitará a migração e o crescimento das favelas

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

- Áreas regionais proprietárias, onde houver:
- Incidência de conflitos pela posse da terra;
- Incidência do complexo latifúndio/minifúndio;
- Latifúndio próximo dos grandes centros urbanos que estejam na eminência de serem utilizados para loteamentos imobiliários especulativos;
- Incidência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra;
- Ocorrência de obras públicas tais como barragens (...) ou uso atual inadequado de bacias irrigáveis face à potencialidade de seus recursos e à sua função social;
- Existência de infra-estrutura viária de produção, armazenamento.
- Aptidão de terras (aproveitamento de terras férteis e produtivas).

BIBLIOGRAFIA

BASTIAAN, Reydon e outros. **Reforma Agrária da Nova República - Contradições e alternativas** - Cortez/EDUC, São Paulo, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. Brasiliense, São Paulo, 1985

-----, **Para Entender o Plano Nacional de reforma Agrária**. Brasiliense, São Paulo, 1985.

IBASE. **Campanha Nacional de Reforma Agrária. - Violência no Campo** - Vozes, Rio de Janeiro, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência - A questão Política no Campo** - HUCITEC, São Paulo, 1982.